

ÍNDICE

PARTE I – IRS – ENQUADRAMENTO GERAL

1. Tributação do rendimento das pessoas singulares – Breve nota histórica	11
2. Conceito de rendimento	12
3. Princípios norteadores da tributação em sede de IRS	17
3.1. Enquadramento	17
3.2. Princípio da igualdade	19
3.3. Princípio da capacidade contributiva	21
3.3.1. Concretização ao nível do IRS	21
3.3.2. As mais-valias e o princípio da capacidade contributiva	24
3.3.3. Transferência de imóveis entre o património particular e o empresarial	26
3.3.4. Carácter restrito do mínimo de existência	27
3.4. Princípio da tributação do rendimento líquido objetivo	28
3.5. Princípio da tributação do rendimento líquido subjetivo	29
3.6. Princípio da tributação do rendimento real	30
3.7. Princípio da solidariedade entre períodos de tributação	32
3.8. Princípio da realização	33
3.9. Princípio da conformidade com as liberdades de circulação previstas no Direito Europeu	34
4. Principais características do IRS	36
4.1. Imposto sobre o rendimento	36
4.2. Imposto pessoal	36
4.3. Imposto de base cedular	38
4.4. Imposto periódico	39
4.5. Imposto único (mas não unitário)	41
4.6. Imposto progressivo	48
4.7. Imposto direto	53

5. Estrutura e processo de liquidação do IRS	53
6. Incidência pessoal e estatutos de residência no IRS	58
6.1. Enquadramento	58
6.2. Critérios de residência	58
6.3. Âmbito de sujeição ao IRS de residentes e não residentes	60
6.4. Residentes noutra Estado membro da UE	61
6.5. Residentes não habituais	62
6.5.1. Enquadramento do regime fiscal dos residentes não habituais	62
6.5.2. Rendimentos obtidos em território português	63
6.5.3. Rendimentos obtidos no estrangeiro	64
6.6. Ex-residentes	69

PARTE II – CATEGORIAS DE RENDIMENTOS – INCIDÊNCIA REAL,
DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO TRIBUTÁVEL E REGIME
DE TRIBUTAÇÃO DE CADA CATEGORIA

CAPÍTULO I – RENDIMENTOS DO TRABALHO DEPENDENTE

– CATEGORIA A	73
1. Incidência real	73
1.1. Origem dos rendimentos do trabalho dependente	73
1.2. Remunerações tributáveis	75
1.3. Momento relevante para a sujeição a tributação	77
1.4. Remunerações acessórias e remunerações em espécie	78
1.5. Indemnização pela cessação do contrato de trabalho	83
1.5.1. Enquadramento e delimitação subjetiva	83
1.5.2. Limite máximo da exclusão de tributação	84
1.5.2.1. Remunerações regulares com carácter de retribuição	85
1.5.2.2. Remunerações sujeitas a imposto	86
1.5.2.3. Remunerações auferidas nos últimos 12 meses	87
1.5.2.4. Conceito de antiguidade na entidade devedora	88
1.5.3. Indemnização que integre remunerações em espécie	90
1.5.4. Afastamento da exclusão de tributação em caso de novo vínculo	92
1.5.5. Direitos vencidos durante os contratos	94
1.5.6. Pagamentos da indemnização diferidos no tempo ou fracionados	95
1.5.7. Distinção face à remuneração por obrigação de não concorrência	96
1.6. Alargamentos subjetivos e seu impacto ao nível da incidência real	97
1.7. Rendimentos excluídos de tributação	98
2. Deduções específicas	101
3. Regime de tributação	102
4. Retenções na fonte	103
5. Pagamentos por conta opcionais	106

CAPÍTULO II – RENDIMENTOS EMPRESARIAIS E PROFISSIONAIS	
– CATEGORIA B	109
1. Enquadramento dos rendimentos empresariais e profissionais	109
2. Delimitação da incidência real	109
2.1. Rendimentos empresariais e profissionais	109
2.2. Poder de atração da categoria B	111
2.3. Opção pela tributação das rendas na categoria B	112
2.4. Propriedade intelectual ou industrial – Repartição da incidência entre várias categorias	114
3. Momento relevante para a sujeição a tributação	115
4. Determinação do rendimento tributável da categoria B	115
4.1. Enquadramento geral	115
4.2. Regime simplificado	116
5. Dedução de perdas	117
6. Regime de tributação	118
6.1. Traços gerais do regime	118
6.2. Particularidades	119
7. Retenções na fonte	120
8. Pagamentos por conta	123
CAPÍTULO III – RENDIMENTOS DE CAPITAIS – CATEGORIA E	125
1. Enquadramento dos rendimentos de capitais	125
2. Delimitação da incidência real	126
2.1. Conceito de rendimentos de capitais	126
2.2. Delimitação face a outras categorias de rendimento	128
2.3. Factos geradores de rendimentos de capitais	131
2.4. Presunções relativas a rendimentos de capitais	136
3. Juros contáveis e outros aspetos da incidência real	138
4. Momento relevante para a sujeição a tributação	140
5. Inexistência de deduções específicas e de dedução de perdas	145
6. Tributação dos rendimentos de capitais	146
6.1. Enquadramento e evolução da tributação	146
6.2. Retenção na fonte liberatória	147
6.3. Opção pelo englobamento	149
7. Eliminação da dupla tributação económica	150
8. Benefícios fiscais	153
9. Obrigações acessórias	153

CAPÍTULO IV – RENDIMENTOS PREDIAIS – CATEGORIA F	155
1. Enquadramento dos rendimentos prediais	155
2. Delimitação da incidência real	157
2.1. Prédio	157
2.2. Renda	160
2.3. Exclusão da tributação das “rendas imputadas”	161
2.4. Sobretributação dos rendimentos prediais	163
3. Deduções específicas aos rendimentos prediais	165
3.1. Regime das deduções	165
3.2. A questão da sublocação	172
4. Dedução de perdas	175
5. Tributação autónoma a taxa especial	177
6. Retenção na fonte	181
7. Obrigações acessórias	182
8. Rendimentos prediais enquadrados na categoria B	183
8.1. Poder de atração da categoria B	183
8.2. Opção pela tributação na categoria B	184
8.2.1. Origens e linhas gerais	184
8.2.2. Afetação e desafetação dos imóveis do património empresarial	187
8.3. Regime fiscal dos rendimentos prediais integrados na categoria B	190
8.3.1. Determinação do rendimento tributável	190
8.3.2. Dedução de perdas	191
8.3.3. Tributação dos residentes mediante englobamento	192
8.3.4. Efeitos da integração na categoria B ao nível de uma venda do imóvel	193
8.3.5. Retenção na fonte	194
8.4. Tributação dos rendimentos do alojamento local	198
CAPÍTULO V – INCREMENTOS PATRIMONIAIS – CATEGORIA G	203
1. Enquadramento dos incrementos patrimoniais	203
2. Mais-valias. Incidência	204
2.1. Conceito de mais-valias	204
2.2. As mais-valias no CIRS	205
2.3. Factos geradores de mais-valias	209
2.3.1. Mais-valias imobiliárias	211
2.3.2. Mais-valias mobiliárias	212
2.3.3. Mais-valias referentes a propriedade intelectual ou industrial	213
2.4. Delimitação geral face a outras categorias de rendimento	214
2.5. Momento da obtenção do ganho	217
2.6. Não tributação das mais-valias potenciais ou latentes	220

2.7. A tributação dos ganhos da (des)afetação de bens entre patrimónios distintos do mesmo sujeito passivo face aos princípios constitucionais fiscais	221
3. Mais-valias imobiliárias	223
3.1. Exclusões de tributação	223
3.1.1. Regime transitório da categoria G	223
3.1.2. Regime do reinvestimento do valor de realização	226
3.1.2.1. Linhas gerais do regime do reinvestimento em imóveis	226
3.1.2.2. Evolução do regime do reinvestimento em imóveis	229
3.1.2.3. Tipos de reinvestimento em imóveis e suas particularidades	232
3.1.2.4. Novo regime do reinvestimento em seguros ou fundos de pensões	235
3.2. Determinação do valor da mais-valia imobiliária tributável	238
3.2.1. Cálculo da mais-valia imobiliária	238
3.2.2. Particularidades da transferência de bens do património particular para o empresarial	243
3.2.3. Correção monetária e despesas e encargos na mais-valia imobiliária	244
3.3. Atenuação da tributação das mais-valias imobiliárias	249
3.3.1. Enquadramento e regime previsto	249
3.3.2. A questão dos residentes noutro Estado membro da UE	250
3.4. Dedução de perdas na mais-valia imobiliária	252
3.5. Regimes de tributação da mais-valia imobiliária	253
3.6. Incentivos fiscais à reabilitação urbana	254
3.7. Obrigações acessórias	255
4. Mais-valias mobiliárias	256
4.1. Evolução da tributação das mais-valias mobiliárias no âmbito do IRS	256
4.2. Mais-valias mobiliárias – Factos geradores	260
4.3. Exclusão de tributação	261
4.4. Determinação do valor da mais-valia tributável	262
4.5. Dedução de perdas	264
4.6. Regime de tributação	265
5. Mais-valias referentes a propriedade intelectual ou industrial	267
6. Outros incrementos patrimoniais	268
6.1. Indemnizações	269
6.1.1. Delimitação da incidência	269
6.1.2. Regime de tributação	273
6.2. Obrigações de não concorrência	274
6.3. Acréscimos patrimoniais não justificados	276
6.4. Renúncia onerosa – Contratos relativos a bens imóveis	276

CAPÍTULO VI – PENSÕES – CATEGORIA H	279
1. Incidência real	279
2. Determinação do rendimento coletável	280
3. Regime de tributação	281
4. Retenções na fonte	282
5. Pagamentos por conta opcionais	283
PARTE III – ELEMENTOS SINTÉTICOS DO IRS – NORMAS COMUNS DO IMPOSTO	
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO	287
CAPÍTULO II – NORMAS COMUNS DO IMPOSTO	289
1. Englobamento	289
2. Taxas de IRS	291
2.1. Taxas gerais do IRS	291
2.2. Taxa adicional de solidariedade	292
2.3. Taxas liberatórias e taxas especiais de tributação	293
2.4. Taxas de tributação autónoma de encargos	293
3. Quociente conjugal	296
4. Deduções à coleta	299
4.1. Enquadramento e alusões ao regime	299
4.2. Deduções à coleta vs. abatimentos	302
5. Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional	303
6. Retenções na fonte e pagamentos por conta	308
6.1. Retenções na fonte	308
6.2. Pagamentos por conta	310
7. Declaração de rendimentos	311
8. Liquidação do IRS	312
BIBLIOGRAFIA GERAL	315